Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-076-6
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE

2013

Artigos

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS PARA O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

Anne Caroline e Silva Goyos Nascimento[1]

Sueli Fernandes[2]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a implementação da política de educação bilíngue para surdos em uma escola da rede estadual de Curitiba. Sua área de inserção teórica é a que denominamos de Estudos Surdos que tem subsidiado academicamente a sistematização conceitual e investigativa da concepção socioantropológica da surdez, oferecendo condições para compreender e fundamentar o processo de efetivação do Espaço Surdo na escola. Desse modo, este trabalho relata as ações e estratégias que buscaram implementar um Projeto Político Pedagógico no qual a experiência visual, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Cultura Surda, entre outros artefatos culturais, assumissem centralidade no processo educacional para surdos, contribuindo para a produção de identidades e diferenças surdas. O artigo se estrutura a partir de uma discussão teórica inicial que busca esclarecer as categorias básicas envolvidas na produção do Espaço Surdo: o lugar do Espaço Surdo na escola bilíngue/inclusiva; o Currículo Surdo; a divulgação e efetivo uso da Libras pela comunidade escolar; o direito à educação bilíngue. A partir daí, relatamos os principais aspectos envolvidos na intervenção pedagógica no espaço escolar que teve como base a pesquisa-ação como principal abordagem metodológica, complementada por pesquisa documental e bibliográfica. A análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e os Planos de Trabalhos Docentes (PTD) foram utilizados como ferramentas para reflexão, mobilização, institucionalização e efetivação da política de educação bilíngue para surdos na perspectiva da educação inclusiva. Para atingir os objetivos propostos, foram realizadas ações envolvendo a participação de professores, equipe pedagógica, intérpretes, alunos surdos e seus familiares, mediadas pela intervenção da pesquisadora, a partir da reflexão sobre três eixos de análise: culturas inclusivas, políticas inclusivas e práticas inclusivas. Acreditamos que este projeto consolida um importante passo no processo de ressignificação de concepções e práticas que contemplem o currículo, a cultura e as identidades surdas, a partir do referencial e do protagonismo de quem participa efetivamente da significação e da construção do Espaço Surdo na comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação bilíngue para Surdos, Projeto Político-Pedagógico. Política de inclusão.

[1] Licenciada em Psicologia UFPR. Especialista em Educação Especial. Professora da Sala de Recursos Multifuncional – área da Surdez do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, Curitiba-PR. E-mail: annecaroline@seed.pr.gov.br

[2] Doutora em Letras (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE e do Setor de Educação (UFPR). E-mail: suelif@seed.pr.gov.br

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é o documento que orienta e assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e elege a escola comum como espaço prioritário para sua educação. Especificamente, ao se referir aos alunos surdos, propõe a educação bilíngue como diretriz político-pedagógica em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa, na sua modalidade escrita, como segunda língua, sejam as línguas de instrução no espaço escolar. Esta diretriz, salvaguardando a singularidade linguística desses alunos, também encontra-se reafirmada no Decreto Federal 5626/205, principalmente no Capítulo V, artigo 22, em que se garante escolas e classes de educação bilíngue como espaços de escolarização de pessoas surdas, bem como a inclusão no ensino regular com apoio de tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa.

Portanto, é a partir do âmbito da diferença linguística que as políticas públicas na educação de surdos têm tomado corpo em suas discussões teóricas e práticas, nos últimos anos, no Brasil. Devido às especificidades linguísticas (língua de sinais) e culturais, estes sujeitos demandam um pensar e um encaminhamento que respeitem e atendam a essas peculiaridades.

Academicamente, o campo de estudos que tem subsidiado a reflexão, sistematização conceitual e investigativa nessa área, oferecendo condições de compreender esse processo na perspectiva socioantropológica, é o dos Estudos Surdos, assim caracterizado:

> Os Estudos Surdos em educação podem ser definidos como um território de investigação educativa e de proposições políticas que, por meio de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação ao conhecimento e aos discursos sobre a surdez e os surdos (SKLIAR e LUNARDI *apud* LACERDA e GÓES, 2000, p. 11).

Nesse campo epistemológico, emergem aspectos temáticos pontuais a serem refletidos, problematizados e incorporados aos debates teóricos e metodológicos na educação de surdos, tais como: o lugar do Espaço Surdo na escola bilíngue ou na escola inclusiva; o Currículo Surdo; a divulgação e efetivo uso da Libras pela comunidade escolar; a emancipação política e social desses sujeitos através da

ação educativa; o direito à educação bilíngue, tendo a Libras como língua de instrução e a língua portuguesa, em sua modalidade escrita, aprendida com metodologias de ensino de segunda língua; entre outros aspectos.

Tais elementos assumem prioridade no processo de implementação da política de educação bilíngue para surdos, na perspectiva da educação inclusiva.

A partir da década de 2000, a legislação nacional admite duas possibilidades de concretização da oferta educacional para surdos. A primeira possibilidade está respaldada no documento “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) e no Decreto Federal 7611/2011, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e prevê que a educação de surdos deva ocorrer em escolas/classes inclusivas, com apoio do tradutor intérprete de Libras e, complementada pelo AEE, no contraturno, de forma o aluno tenha garantido recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminação das barreiras para sua plena participação na escola. O Decreto orienta que as atividades do AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, sem caráter substitutivo, já que o atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Indica, ainda, que o AEE o deve ser realizado, preferencialmente nas Salas de Recursos da própria escola, em outra escola, ou em Centros Educacionais Especializados, no turno inverso ao do ensino regular.

A segunda possibilidade é a oferta educacional em escolas/classes bilíngues, que é defendida pelo movimento surdo nacional e está respaldada no Decreto Federal 5626/2005 que regulamenta a Lei de Libras e foi recentemente aprovada na estratégia 4.7 da Meta 4 do Plano Nacional de Educação, sancionado pela Lei 13.005/2014:

> Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos (BRASIL, 2014).

Diante dessa contradição que envolve interesses e reivindicações controversas, no Paraná, a oferta educacional para o aluno surdo está sintetizada na tabela 1:

ESCOLA COMUM com apoio de tradutor intérprete de Libras e/ ou CAES (Centro de Atendimento Especializado na área da Surdez) [i]/Sala de Recurso Multifuncional – Área da Surdez	O CAES teria como proposta proporcionar práticas de letramentos bilíngue para os alunos surdos através da Libras e da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, contando com a presença de professor bilíngue (ouvinte) e professor surdo trabalhando em conjunto. Já o tradutor intérprete de Libras seria o profissional bilíngue que atua no contexto do ensino regular em que há alunos Surdos que utilizam a língua de sinais, É um profissional que atua diretamente em duas linhas: (a) mediação das situações de comunicação entre os alunos surdos e demais membros da comunidade escolar por meio da interpretação/tradução da língua de sinais/língua portuguesa; (b) é informar à comunidade escolar sobre as formas mais adequadas de comunicação a serem utilizadas, de modo a assegurar a proposta de educação bilíngue, viabilizando a interação e a participação efetiva do aluno nas diferentes situações de aprendizagem e interação no contexto escolar. Ë um profissional de suporte pedagógico, sendo assim, a aprendizagem do aluno é responsabilidade do professor regente.
ESCOLA COMUM com apoio em instituição especializada	As instituições especializadas caracterizam-se por serem centros de atendimento educacional especializado fora do ambiente escolar, que contam com professores especializados para realizarem os atendimentos de natureza pedagógica e demais profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais para realizarem os atendimentos clínico-terapêuticos. Os alunos frequentam as instituições no contraturno, sem certificação de escolaridade, já que o atendimento é complementar ao ensino comum.
ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS	São escolas para surdos, podendo oferecer escolaridade desde a educação infantil até o ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos. A característica principal é a existência da proposta bilíngue articulada por equipe pedagógica e de professores com domínio de Libras. Os aspectos da cultura e identidade surdas estão incorporados ao currículo, que segue as mesmas linhas gerais das demais escolas comuns. Há um diferencial na disciplina de língua portuguesa, que é ofertada como segunda língua na modalidade escrita, com metodologia diferenciada.
CLASSES BILÍNGUES PARA SURDOS	A existência destas salas está condicionada à impossibilidade da criação de escolas bilíngues devido ao número reduzido de alunos, considerando as cidades em que não haja comunidade surda sinalizante em número suficiente. Sendo assim, as classes de educação bilíngue podem ser compostas apenas por alunos surdos, ou alunos surdos e ouvintes (no caso destes dominarem a Libras, como ocorre com filhos ouvintes de pais surdos), no contexto da escola regular. Uma marca desta organização é que a língua de instrução e interação é a língua de sinais e, a língua portuguesa, em sua modalidade escrita, seja ofertada com metodologia de segunda língua.

Tabela 1 Possibilidades educacionais ao aluno surdo no Estado do Paraná.

A partir dessas possibilidades de oferta, entendemos que, na verdade, existem duas situações educacionais distintas: (i) o **espaço inclusivo**, contemplado

pela escola regular com apoio de intérprete e/ou AEE e (ii) o **espaço exclusivo** para surdos, garantido pela escola e/ou classe bilíngue.

A escola em que este projeto foi implementado contempla ambas as situações, já que, por se tratar de escola comum, é um espaço inclusivo, entretanto mantém oferta de classes bilíngues para surdos. O Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (IEPPEP) está localizado no centro da cidade de Curitiba, no estado do Paraná. É uma instituição tradicional da rede estadual de ensino, tendo sua fundação datada de 1876. Atualmente, oferta a educação básica nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio, Formação de Docentes na modalidade integrado e subsequente. Os surdos (aproximadamente quarenta e cinco) estudam em salas inclusivas ou classes bilíngues exclusivas para surdos. Especificamente em 2014, os alunos surdos do 6º ano (dois) e 7º ano (um aluno) estudam em salas inclusivas, na proposta de escola em tempo integral, pois a baixa procura impossibilitou formação de turma exclusiva de surdos. O mesmo acontece no 2º ano do ensino médio diurno (três alunos), com uma aluna do 3º ano do bloco de exatas e 1º ano do ensino médio noturno (uma aluna) são turmas em que a maioria é ouvinte, há presença de Tradutor Intérprete de Libras e alguns frequentam o CAES no contraturno. Desta forma podemos concluir que na política implementada no IEPPEP, em uma tradição de aproximadamente 30 anos na educação desses sujeitos, coexistem a oferta da (a) classe regular com apoio de intérprete de Libras e complementação curricular em CAES e/ou instituição especializada, no contraturno, e (b) salas bilíngues exclusivas para surdos.

Apesar dessa caminhada do IEPPEP já refletir uma história consistente, as experiências acumuladas nesse processo não estavam sistematizadas no Projeto Político Pedagógico, documento que espelharia as concepções e práticas de educação da escola.

O Espaço Surdo foi sendo consolidado através de projetos pontuais e atrelado às iniciativas de um grupo de professores e equipe gestora, mas entende-se que deveria ser institucionalizado, garantindo sua apropriação pela comunidade escolar, para além da iniciativa de alguns protagonistas. Isso se daria pela efetivação de aspectos conceituais, políticos e metodológicos permanentes, contemplados no Projeto Político Pedagógico (PPP), da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e dos Planos de Trabalhos Docentes (PTD) como síntese teórica e

prática de ações e reflexões, envolvendo alunos, professores e equipe pedagógica que atuam diretamente com a educação de surdos no IEPPEP.

2 A EFETIVAÇÃO DO ESPAÇO SURDO: DA TEORIA À PRÁTICA POSSÍVEL

O objeto deste trabalho foi a luta pela efetivação do Espaço Surdo no IEPPEP. Compreendemos espaço como “lugar [...] espaço familiar, concreto, conhecido, o ponto das práticas culturais delimitadas, gestadas. Lugar que envolve, forma, interpreta, adentra, espelha” (PERLIN em THOMA; LOPES, 2004, p. 73). Exatamente esse é o sentido que buscamos dar ao espaço que o aluno surdo ocupava na escola, que ele se encontrasse sentindo-se acolhido, pertencendo a um lugar que se identificasse também como seu. No IEPPEP, os sujeitos conquistaram sua visibilidade, constituindo uma história própria na instituição, porém, como parte do movimento de superação da invisibilidade comum a minorias, esta investigação teve como objetivo fazer com que as demandas dos alunos surdos se fortalecessem e estivessem contempladas nos documentos da escola, no seu currículo, para se institucionalizarem como práticas permanentes, ainda que em transformação constante.

A necessidade de se problematizar as questões sobre o Espaço Surdo nos documentos da escola como o PPP, PPC e PTD, justificou-se por serem estes os documentos que refletem a concepção de educação que se defende. O Projeto Político Pedagógico:

> [...] é o documento base dos trabalhos escolares, cujo elemento primordial é o currículo. Conhecida e compreendida sua importância [...] deixará de ser um documento de gaveta para ser um instrumento de emancipação, em que os conhecimentos nele contidos e defendidos pela comunidade escolar terão maior probabilidade de serem ensinados e aprendidos, possibilitando assim que a escola cumpra seu papel social (PICOLI, E.S.; CARVALHO, E.J.G. apud PARANÁ, 2010, p. 41-42).

Deste modo fez-se necessária uma reflexão, por todos aqueles envolvidos na educação dos alunos surdos, sobre o que estava contemplado no PPP da escola. Ele espelhava o que defendíamos e almejávamos? Se ele é uma construção coletiva, nada mais indicado do que nos debruçássemos sobre esse documento

para que ele realmente pudesse cumprir seu papel emancipador. Da mesma forma, sugeriu-se um olhar mais crítico sobre a Proposta Pedagógica Curricular, pois ela tem por objetivo organizar os conteúdos, metodologias, avaliação, fundamentos teóricos, objetivos e público alvo a que a proposta se destina. Será que estávamos contemplando as especificidades desses alunos surdos?

Por fim, repensar o Plano de Trabalho Docente remeteu-nos às questões mais pontuais sobre nosso foco de trabalho – a educação do aluno surdo em uma escola regular. Se este sujeito tem características próprias que o diferenciam dos demais, de que forma estávamos tratando e contemplando a diferença surda em nossos planejamentos? Os Planos de Trabalho Docente têm por objetivo a organização do ensino e aprendizagem na sala de aula em que atua o professor, especificando os conteúdos, encaminhamentos e metodologias empregados, bem como os recursos didáticos, tecnológicos e pedagógicos, como também critérios e estratégias para avaliação de todo processo (PARANÁ, 2011).

Buscamos, assim, superar a visão tradicional de currículo, como bem marcada por Silva, 1997, como apenas um apanhado de fatos, conhecimentos, informações, selecionados de todo estoque cultural mais amplo da sociedade, para serem meramente transmitidos aos alunos nas escolas. Queremos mais, pois estamos afinados com o que propõe a Teoria Crítica do Currículo, na qual "currículo é definido como um campo de lutas sociais, constituído de conflitos e relações de poder" (SKLIAR e LUNARDI em LACERDA e GÓES, 2000, p. 11). Assim não podemos perder a perspectiva de que:

> [...] o currículo é um dispositivo cultural e social, um território político, um objeto de permanentes manipulações e moldado de acordo com interesses específicos, pedagógicos ou não [...] é um campo privilegiado no qual se manifesta o conflito cultural e se reflete o debate sobre as desigualdades sociais existentes (SKLIAR e LUNARDI em LACERDA e GÓES, 2000, p. 12-13).

Por entendermos o Currículo como um campo privilegiado é que acreditamos na sua força constituidora. Tomaremos emprestada a analogia feita por Silva (1999a), que assemelha o currículo a uma pista de corrida. Onde estão as pistas para a constituição do sujeito surdo em nosso Currículo? O que devemos considerar, nos preocupar?

Perlin (2000, p.23), nos aponta uma pista:" [...] se a base da cultura surda não estiver presente no currículo, dificilmente o sujeito surdo irá percorrer a trajetória de

sua nova ordem, que será oferecida na pista das representações inerentes às manifestações culturais.

Portanto, se nossa preocupação é com a formação integral do surdo, não podemos simplesmente submetê-lo ao currículo da escola ouvinte. Não basta simplesmente garantir-lhe a sala bilíngue. Algo muito mais forte deve estar presente em nossa práxis pedagógica – a cultura surda – mais ainda, a identidade surda.

É impossível não nos determos nesses dois aspectos: cultura e identidade surda. Eles não podem se perder no meio da escola regular, pois é por meio desses elementos que o surdo marca sua presença, seu espaço. A cultura é o que define nossa forma de ser/estar no mundo, interpretá-lo, relacionar-se com ele (HALL, 1997). E a cultura surda tem suas características evidenciadas na sua identidade, na maneira como ele usa a língua de sinais, nas formas de ensinar e transmitir cultura, o jeito de discutir política, a pedagogia surda, até mesmo a nostalgia por tudo aquilo que é dos surdos, o carinho com os achados surdos do passado (PERLIN *apud* THOMA; LOPES, 2004).

É outra cultura presente na escola, que não pode, por tratar-se de uma minoria numérica, ser desconsiderada. Aliás, estamos vivendo o momento do multiculturalismo, a presença de diversos sujeitos no espaço escolar. Por muito tempo a escola foi um espaço homogêneo – grande maioria de alunos de classe média, brancos, sem deficiência, que aprendiam sem muitas dificuldades. Hoje vivemos a escola dos alunos brancos, pardos, negros, índios, surdos, de alunos com deficiência, de diferentes classes econômicas, pertencentes a credos religiosos diversos, gêneros diversos. Impossível um Currículo único dar conta de todas essas questões. Por isso cabe a defesa de um Currículo Multiculturalista, aquele que:

> [...] faz lembrar que a igualdade de oportunidades não pode ser simplesmente obtida por meio da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente. É preciso que haja presença da diferença cultural nos currículos, para garantir ou refletir formas pelas quais a diferença é produzida em relações sociais de assimetria (GIROUX *apud* SILVA, 1999b).

O currículo multicultural traz benefícios para todos os níveis, pois reconhece as inter-relações entre as culturas existentes, sem a sobreposição de uma sobre a outra. A escola é um ambiente multicultural onde estão contemplados a diversidade curricular, abordagens educativas, materiais e recursos que se encontram à disposição dos alunos (LUNARDI, 1998).

Acreditamos da mesma forma, de que a possibilidade de construção de um currículo multicultural não se efetiva na simples convivência entre surdos e ouvintes, mas nas relações que se estabelecem entre as estruturas e práticas de poder dos ouvintes para com os surdos (SKLIAR e LUNARDI, 2000). É histórica essa relação, quase tudo que temos para educação dos surdos foi pensada e executada pelos ouvintes. Há evidências da violência contra a cultura surda na história: desde a eliminação dos surdos em tempos mais remotos, a proibição das línguas de sinais e sua consequente ridicularização, a imposição do oralismo e mais recentemente a inclusão dos surdos entre os deficientes e por último entre os ouvintes. Poucas vezes foram dadas oportunidades para que o povo surdo fosse protagonista de sua história, todas as conquistas foram na base da negociação e não seria diferente com o currículo, em que a cultura surda tem de ser negociada, em vez de negada, pois ela é uma estratégia dos surdos para a sobrevivência (PERLIN em THOMA; LOPES, 2004).

Se este é o momento em que é dado ao surdo vez e "voz" para manifestar suas demandas é porque estamos percebendo este sujeito para além da deficiência, para além da questão linguística e estamos colocando-o, nas palavras de Skliar (1998), como um sujeito de experiência visual, com identidade múltipla e multifacetada, que se constitui em uma diferença politicamente reconhecida. Diferença e não deficiência. É assim que os surdos se reconhecem, como diferentes, não deficientes. Mas este reconhecimento não foi dado, foi conquistado pelo Movimento Surdo:

> [...] que tem se caracterizado como local de gestação da identidade surda contra a coesão ouvinte, por meio de lutas que objetivam, entre outras coisas, questionar a natureza ideológica das experiências surdas e descobrir interconexões entre essa comunidade cultural e o contexto social, em geral (PERLIN em FERNANDES, 2007, p. 65).

Movimento Surdo que pertence a todos que se identificam com as demandas dos sujeitos surdos. Quando temos várias pessoas envolvidas com um tema comum, no caso da surdez, podemos falar em Comunidade Surda, definido por Behares (*apud* Fernandes, 2007, p.60), como "o agrupamento organizado de todas aquelas pessoas (ou uma parte delas) que tem uma diferença específica relacionada com a formação da identidade social e sua integração se dá por meio dessa diferença".

Uma das frentes defendidas atualmente é a educação bilíngue como aquela em que respeita o sujeito surdo em sua totalidade. Proposta que encontra

consonância na Lei 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação, em que uma das estratégias apontadas na Meta 4 é a de:

> Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos (BRASIL, 2014).

É a realidade que vivemos no Instituto de Educação do Paraná, temos uma Comunidade Surda na escola, constituída por alunos surdos e ouvintes, professores ouvintes, um professor surdo, intérpretes, familiares de surdos, coordenação pedagógica e direção que se preocupam com as questões que envolvem a educação de surdos. Nossa caminhada tem sido na intenção de atender às demandas desses alunos, sugeridas muitas vezes pelas políticas públicas, outras por questões levantadas por essa Comunidade.

A convivência entre surdos e ouvintes tem sido pautada por uma relação de respeito e atualmente de atenção às suas diferenças, o que direciona para o que os autores têm chamado de Pedagogia da Diferença em que se resgata o sujeito surdo como pessoa completa, com uma identidade que deve ser considerada (RANGEL e STUMPF *apud* LODI; HARRISON; CAMPOS, 2011).

A escola tem sido o local de convivência, de troca, de aprendizagem para todas as partes envolvidas, mas, principalmente para os surdos o espaço escolar é um *lócus* privilegiado de construção de identidades, pois, sendo a maioria oriunda de famílias ouvintes, o lugar de encontro com os amigos surdos, da língua de sinais, da experiência visual é a escola. A escola, com Espaço Surdo, pode ser considerada a “aldeia nativa” necessária para a formação das identidades surdas (LUNARDI, 1998).

Consideramos importante reproduzir um trecho da pesquisa de Perlin, professora doutora surda, sobre o que a impulsionou na pesquisa da identidade surda: “[...] aquilo que no momento do meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria. Aquilo que identificava eles identificava a mim também e fazia ser eu mesma, igual.” (PERLIN, 1998, p. 54). É na escola que esse encontro tem acontecido, que as identidades têm se tornado visíveis e que nos impõe, enquanto educadores, a missão de ensinar a “cultura

surda como fazer um discurso e uma prática, abrir perspectivas para a formação da subjetividade e contribuir para o encontro de uma linguagem teórica que permita ao surdo identificar-se" (PERLIN em LACERDA e GÓES, 2000, p. 25).

Estamos vivendo outro momento da história dos surdos, as conquistas nesse campo estão exigindo novas lutas. Parece que uma das lutas agora é de um ensino de qualidade que os prepare para outros embates culturais (LOPES e VEIGA-NETO, 2006).

Dessa forma as propostas curriculares devem estar respaldadas num processo de constituição de sujeito de um dado tipo e de seu múltiplo posicionamento no interior das diversas divisões sociais (SILVA, 1996). O surdo quer um currículo que vá ao encontro de seus anseios, suas necessidades e especificidades. Parece-nos que este desejo já estava sendo gestado no documento que ficou conhecido como "Que educação nós surdos queremos", elaborado em 1999, que já nos apontavam alguns caminhos (FENEIS, 1999) e que vêm sendo reafirmados nas lutas dos Movimentos Surdos e registrados nas pesquisas feitas nos Estudos Surdos, tais como as que propõem Rangel e Stumpf:

Qual a pedagogia, metodologia e conteúdo devem nortear a formação? Língua de sinais e escrita de língua de sinais; História e geografia (linha do tempo em relação à história do surdo no Brasil e no mundo); Gramática de Libras e escrita de língua de sinais; Língua de sinais e língua portuguesa: diferenças e semelhanças; Português como língua estrangeira; Expansão do vocabulário em Libras; Comunidade surda (escolas, associações, grupos teatrais, etc.); Movimentos surdos; Artes surdas; Cultura surda; A questão do trabalho, da cidadania dos surdos, seus direitos e deveres. (RANGEL e STUMPF em LODI; HARRISON; CAMPOS, 2011, p. 92).

Respaldando-nos nestas manifestações, e considerando os aspectos da identidade e cultura surdas, é que nos propomos a repensar o currículo do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, para que ele venha realmente espelhar o que acreditamos e desejamos para a educação de surdos. E que ele esteja em consonância com as palavras de Lunardi (1998), em que o currículo é entendido como uma representação, algo elaborado, produzido por um determinado grupo de pessoas, circunstâncias, em tempo e lugar determinados. Portanto, fruto desse momento histórico-político-social e cultural, que nós, comunidade surda do IEPPEP vivíamos.

3 O PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA: A MATERIALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

A partir da necessidade de repensarmos e redimensionarmos o Espaço Surdo na escola propusemos um trabalho de intervenção em eixos, nos moldes da pesquisa-ação, em que a autora foi mediadora durante os encontros que ocorreram ao longo do processo. Os eixos se sustentavam em três linhas de ação: culturas, políticas e práticas inclusivas. Esta discussão, proposta por Fernandes (2011) foi inspirada no "Índex para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola"(BOOTH, 2002), documento elaborado na Inglaterra e traduzido para diversos países, cujo objetivo era servir de subsídio ao desenvolvimento de escolas inclusivas.

Como a intenção era subsidiar a práxis de professores, equipes pedagógicas e gestores na implementação da política de educação bilíngue para surdos nas escolas públicas, sistematizamos as reflexões teóricas e propostas para efetivação do Espaço Surdo na constituição da escola bilíngue, incidindo sobre três importantes documentos que sistematizam concepções e práticas da escola: o Projeto Político Pedagógico (PPP), a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e os Planos de Trabalhos Docentes (PTD). As atividades propostas contemplaram público-alvo e focos distintos, a partir da reflexão dos eixos organizativos da pesquisa:

> (a) **culturas inclusivas**, que dizem respeito as ações de sensibilização e informação da sociedade em geral e comunidade escolar em particular;
> (b) **políticas inclusivas**, são aquelas ações que dizem respeito à organização político-administrativa do Órgão Gestor da Educação e interfaces com outros segmentos governamentais e não governamentais;
> (c) **práticas inclusivas,** que compreendem aquelas ações que envolvem o fazer pedagógico da escola e ação direta dos professores e equipe técnico-pedagógica (FERNANDES, 2011).

Além dessa estrutura organizativa, propusemos eixos temáticos para proceder à análise, com a seguinte descrição:

- **Eixo I - Contexto histórico geral e local da educação de surdos**. Esse eixo teve como objetivo situar todos os envolvidos sobre a trajetória educacional das pessoas surdas – fatos marcantes, modelos educacionais, concepções e conceitos. Partiu-se do contexto geral mundial para analisar o panorama histórico local da educação de surdos, especificamente no Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, escola de atuação da autora. A discussão inicial teve

como foco ações para o desenvolvimento de culturas inclusivas e, por isso, o público-alvo envolvido foi a comunidade escolar como um todo.

- **Eixo II - Currículo, cultura e identidade surda.** Neste eixo, propuseram-se reflexões sobre a constituição do sujeito surdo no currículo escolar, debatendo temas como o multiculturalismo, a pedagogia da diferença, a escola como espaço e local de encontro da comunidade surda, bem como as demandas dos movimentos surdos. Neste momento, as atividades sugeridas remeteram às políticas inclusivas, envolvendo, além da escola, o órgão gestor da educação.
- **Eixo III - Projeto político pedagógico, Proposta pedagógica curricular e Plano de trabalho docente.** A partir da leitura destes três documentos, objetivou-se discutir a flexibilização curricular nos componentes curriculares, priorizando a metodologia de ensino e a avaliação diferenciada em língua portuguesa, como segunda língua. As atividades estavam relacionadas às práticas inclusivas e tiveram como público-alvo os professores das diferentes disciplinas do currículo.
- **Eixo IV – Que educação nós queremos.** Este eixo teve como objetivo sistematizar propostas e contribuições dos protagonistas do processo da educação de surdos – os próprios alunos e seus familiares. Buscou-se, nesse sentido, dar voz aos alunos surdos, buscando desenvolver ações para fortalecer a participação desses sujeitos durante o processo de implementação da política de educação bilíngue para surdos na perspectiva da educação inclusiva.

Frente aos desafios da efetivação do Espaço Surdo no IEPPEP, pensou-se em uma proposta que alcançasse toda a comunidade envolvida na educação desses alunos na escola, com este cronograma de ações:

TEMA	PÚBLICO-ALVO
Contexto histórico geral e local da educação de surdos	Toda comunidade escolar envolvida.
Currículo, cultura e identidade surda	Professores.
Projeto político pedagógico, proposta pedagógica curricular e plano de trabalho docente com ênfase nas culturas, práticas e políticas inclusivas.	Professores.
Trajetória educacional do surdo em Curitiba e no IEPPEP, do passado até o presente.	Alunos e professores.
Sistematização das propostas e contribuições dos alunos sobre a educação de surdos que desejam para si no IEPPEP	Alunos e professores.
Acolhimento dos familiares sobre as questões que envolvem seu filho surdo (diagnóstico, comunicação, acompanhamento das atividades escolares) e sobre que maneiras acreditam poderem participar da efetivação do Espaço Surdo no IEPPEP.	Familiares e professores.
Indicadores para a síntese do documento "Que educação nós queremos", a partir das propostas e contribuições de toda comunidade escolar envolvida.	Toda comunidade escolar envolvida.

Tabela 2 Cronograma de ações e respectivos participantes

Foram encontros semanais, com duração de três aulas cada um, que aconteciam no período da manhã e da tarde, a fim de possibilitar a participação do maior número de interessados.

Organizaremos o relato destes encontros por blocos de participantes, iniciando com as temáticas que foram exclusivas aos professores: currículo, cultura e identidade surda e documentos pedagógicos da escola com ênfase nas culturas, práticas e políticas inclusivas. Estruturamos estes temas com o objetivo de refletir e redimensionar alguns desafios que estavam presentes no cotidiano escolar: desconhecimento sobre cultura e identidade surda; dimensões envolvidas no currículo surdo (pedagogia da diferença, multiculturalismo, aspectos culturais e linguísticos); quem é o surdo (experiência visual, cultura e língua próprias).

Com relação ao Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular e Plano de Trabalho Docente, verificamos que, muitas vezes esses documentos não estavam refletindo as práticas atuais da escola quanto à concepção de surdez, metodologia de trabalho (por exemplo, língua portuguesa como segunda língua, critérios diferenciados para avaliação da produção escrita do aluno, valorização da Libras e das experiências visuais); papel do Tradutor Intérprete de Libras (TILS) na relação professor, aluno e conhecimento; pouca valorização ou ausência da cultura surda no currículo e, principalmente nos Planos de Trabalhos Docentes de turmas em que havia alunos surdos.

Interessante observar que as mesmas dificuldades relatadas pelos professores da escola foram apontadas pelos professores participantes do Grupo de Trabalho em Rede (GTR) durante o processo. Professores de diferentes regiões do Paraná, que trabalhavam em escolas de surdos ou escolas inclusivas, nas diferentes frentes: professores de disciplinas, TILS, professores do CAES, pedagogos, professor de Libras (surdo).

Os professores, TILS e equipe pedagógica estiveram presentes em todos os encontros dos outros grupos por acreditarmos que eles eram seriam os profissionais permanentes na escola e que poderiam ser os grandes agentes na viabilização do Espaço Surdo.

Percebemos que realmente eles se viram com esta grande responsabilidade, pois as contribuições que deram para a efetivação do Espaço Surdo foram muito significativas e podem ser assim agrupadas:

- **Informações sobre a surdez**: Continuar com o Mural "Mãos livres" e ampliá-lo por meio eletrônico (e-mail, facebook); utilizar outros meios impressos e virtuais; encontros voltados para a formação de professores que trabalham com os alunos surdos em diferentes horários e oportunidades; encontros com as famílias; continuar com o projeto Se liga, surdo! Estendendo para toda a comunidade escolar.
- **Conhecer a Libras**: Retomar os cursos de Libras à comunidade e aos educadores da escola, com maior oferta de horários; Libras como disciplina curricular para todas as turmas da escola.
- **Divulgar a cultura surda**: Retomar o Festival de Arte e Cultura Surda; criar periódicos que envolva toda a comunidade escolar; criar um espaço próprio para esta expressão na Semana Cultural da escola.
- **Presença de adultos surdos na escola**: Continuar com o Se liga, surdo! Podendo aumentar o número de encontros anuais para cinco; aumentar o número de professores surdos na escola; professor surdo para ensino da disciplina de Libras aos ouvintes; atividades extraclasses com alunos surdos e ouvintes, juntamente com adultos surdos; presença de profissionais surdos relacionados com os conteúdos curriculares.

- **Contato das famílias com surdos adultos**: Palestras; encontros dos familiares com a comunidade escolar; retomar reunião do início do ano; convocar os pais para projetos desenvolvidos na escola.
- **Proposta bilíngue**: Formação continuada aos professores sobre o tema, principalmente para salas em que haja surdos e ouvintes; continuar Libras como disciplina curricular para os ouvintes; a Libras seja ensinada como primeira língua para todos os surdos da escola (pelo que acontece no integral), preferencialmente por professores surdos; aumentar a frequência ao CAES para todos os alunos; cursos de Libras para familiares e alunos frequentarem juntos; Libras para todos os funcionários da escola; equipe pedagógica e diretiva precisa conhecer especificidades sobre a cultura surda; criação de ações permanentes com os professores, para que haja crescimento, ir além do básico.
- **Português como segunda língua na mediação das disciplinas:** Encontros entre professores para troca de experiências; conhecimento sobre a linguística da Libras para os professores que atuarão com alunos surdos.
- **Formação continuada dos professores:** Cursos durante a semana pedagógica; cursos semestrais; criar grupos de estudos; continuidade de encontros como este.
- **Currículo:** Redimensionar o currículo onde haja alunos surdos; estratégias visuais; ir além das adaptações; língua portuguesa como L2 mediando todas as disciplinas; não permitir a superficialidade na abordagem dos conteúdos. Porém, este Espaço nunca poderia ser pensado sem a participação dos principais protagonistas: os próprios alunos. Por isso foi pensado dois momentos só para eles. O primeiro foi o conhecimento sobre a educação do surdo em Curitiba nas diferentes décadas (60/70, 80/90 e 2000). Foi um encontro de gerações de surdos em que foi possível a formação de memórias sobre a história de seu povo – as dificuldades, as diferentes escolas e propostas educacionais, a proibição ou permissão da Libras, os aspectos positivos e negativos de cada experiência foram abordados.

A partir do conhecimento sobre a linha do tempo da educação de surdos em nossa cidade, os alunos foram capazes de refletir e sistematizar alguns pontos sobre

que educação reivindicam para si neste momento. As contribuições dadas por este grupo foram riquíssimas e demonstraram a importância de termos feito um trabalho de resgate/formação de memória para que eles se percebessem como autores da sua história. Os principais pontos destacados foram:

- **O que nunca mais gostaríamos que acontecesse na educação de surdos**: Proibição da Libras; castigos; obrigar a oralidade; estigmas; rótulos; segregação; internato; omissão, facilitação, simples cópia ou repetição de conteúdos; pensar que surdo não é capaz, não aprende; salas compostas por alunos com deficiências diversas ou em escolas especiais; família pagar pelo intérprete na escola; falta de comunicação em casa; ausência de políticas públicas para a educação dos surdos.
- **O que poderia voltar a acontecer na escola**: Festival folclórico da escola; competições, jogos; festival de Arte e Cultura Surda; grupo folclórico para surdos; comemoração efetiva do Dia do Surdo; coral de surdos; festival de moda – garoto e garota IEP; semana de Ciências, Matemática e outras disciplinas, com atividades diferentes do cotidiano da sala de aula; coordenação pedagógica específica para a educação especial; todas as salas exclusivas para alunos surdos; maior número de surdos estudando na escola; mais união dos surdos da escola para melhorar as suas condições; meio período para 6º e 7º anos; cursos de Libras; que mais alunos frequentassem o CAES; maior incentivo à leitura; intensificar a presença da família na escola;
- **O que precisa continuar na escola:** Professores bilíngues; professores que gostam dos surdos; intérprete em todas as aulas; salas exclusivas para surdos; metodologia de ensino voltada para o surdo; aulas de educação física com todos os surdos juntos; a convivência entre surdos e ouvintes na escola em outros horários; Libras para os alunos ouvintes; mural Mãos Livres; sinalizar a escola; padronização dos sinais utilizados na escola; CAES; professor surdo no CAES ensinando Libras como L1.
- **Experiências de outras escolas que gostaríamos que existisse em nossa escola:** Sala ambiente; serviço de fonoaudiologia; sala de informática acessível aos alunos; banheiros mais adequados; sinal luminoso; lugar para sentar e lanchar na cantina; cobertura na entrada da escola para proteger da chuva; cobertura da quadra lateral; recreio com um esporte em cada quadra; armários nas salas para guardar materiais; treino de futebol; grupo de teatro;

curso de informática; curso de sapateado; professor surdo ensinando Libras; Trabalhos com expressão corporal, música, dança; acervo de aulas gravadas (no caso da falta do aluno); todos os professores bilíngues; aula de reforço no contraturno, oficinas de produção de textos, além do CAES; mais professores surdos; qualidade no trabalho de todos os intérpretes; maior valorização da cultura surda dentro da escola; obrigar as famílias a frequentar o curso de Libras; orientação profissional.

- **A escola que sonhamos para todos os surdos:** Escola organizada e pintada; escola bilíngue de verdade; conteúdos escolares gravados em Libras; divulgar a nossa escola para que mais surdos queiram estudar aqui; todos os professores bilíngues; mais e melhores recursos tecnológicos nas salas de aula (exemplo: quadro digital); mais professores surdos; o IEPPEP ser uma escola de surdos; salas ambiente; melhor formação dos professores; tempo integral; mudar os uniformes; treinamento esportivo; universidade só para surdos; intérpretes em todos os serviços públicos, casas noturnas; competições esportivas; todos os programas, filmes tenham intérprete de Libras; Libras como primeira língua do Brasil; atores surdos para filmes e seriados; mundo surdo; mais apoio do governo e da sociedade; mundo bilíngue (profissões e meios de comunicação).

Com os familiares foi planejado um encontro específico onde puderam compartilhar suas histórias como pais ouvintes de filhos surdos (as angústias, dificuldades, procura por uma escola, barreiras na comunicação), de que forma acompanhavam as atividades escolares dos filhos e maneiras que poderiam contribuir para uma melhor educação a esses primeiros. Alguns pontos foram elencados, como: a necessidade de mais encontros como esses e com maior número de pais participando; a fim de que possam ser informados e poderem partilhar sobre as especificidades de seus filhos e partilhar experiências com outros pais; a manutenção das salas bilíngues, onde há ensino da língua portuguesa como segunda língua e adaptações curriculares respeitando as especificidades do filho surdo, pois perceberam, nessa organização, maior qualidade na aprendizagem dos conteúdos; existência de equipe de professores, TILS e pedagogos especializados na área da surdez; a continuidade com os ouvintes dentro da escola; o fim do ensino por blocos de disciplinas no ensino médio; continuar a relação de confiança que as

famílias têm com a escola, melhorando a comunicação através da adoção de agenda.

Os encontros destinados a toda comunidade escolar envolvida na educação de surdos foram justamente o primeiro e o último, por dois motivos: o primeiro encontro tinha como objetivo conhecer o contexto em que se deu a educação desses sujeitos, tanto em aspectos gerais (concepções, metodologias), quanto em aspectos particulares (a trajetória dos alunos surdos na escola, numa retrospectiva de 30 anos). Foi importante para que todos tivessem o mesmo ponto de partida para os encontros específicos que viriam posteriormente – a visão do todo e do particular, em que um sempre reflete o outro.

E a presença de todos no último encontro se justificou pela importância de todos conhecerem as contribuições de cada grupo e levantassem os indicadores, comuns a todos os envolvidos, sobre a educação de surdo que queríamos para nossa escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos no que nos levou a trilhar este caminho que percorremos, a questão que surge é de que já tínhamos uma história percorrida, de erros e acertos, um grupo de professores constituído, uma comunidade surda formada, algumas ações acontecendo, mas no faltava a sistematização das mesmas. Havia a necessidade de uma reflexão para redimensionarmos o nosso trabalho, que deveria se fazer presente além dos espaços da escola, mas também nos documentos institucionais da mesma.

Para operacionalização do trabalho tínhamos algumas metas a cumprir, na forma de objetivos que traçamos.

Um deles foi realizar aprofundamento dos aspectos teórico-metodológicos relacionado ao campo dos Estudos Surdos e sua incorporação à área da educação inclusiva; neste momento fizemos o levantamento bibliográfico de todos os conceitos que precisávamos para a discussão de cada eixo.

Outro objetivo foi descrever da realidade escolar através de pesquisa documental e de campo, demarcando um período histórico de investigação; o que não foi fácil. A escola não tem um registro formal e organizado da educação de surdos na escola, principalmente no final da década de 70 e início de 80, por exemplo, não há nenhum destaque, nos documentos de matrícula da secretaria da escola, se naquela turma os alunos seriam surdos e ouvintes. A maior parte do material encontrado foi no disponibilizado por ex-professoras do CAES, ou que se encontravam neste espaço.

Buscamos desenvolver estratégias de ação com alunos, professores, intérpretes, gestores e equipe pedagógica da escola, além de familiares dos alunos surdos, integrando sua contribuição ao Projeto Político Pedagógico da escola. A maneira que encontramos foi que a autora atuasse como mediadora das discussões, organizando encontros a partir dos eixos organizativos (culturas, políticas e práticas inclusivas).

Por fim, buscávamos sistematizar o processo de pesquisa e intervenção pedagógica no espaço escolar, por meio do registro documental, elaboração de material didático e produção de artigo técnico-científico. Para o cumprimento deste objetivo, elaboramos o material didático disponibilizado para todos os professores, tradutores intérpretes de Libras, equipe pedagógica que participaram dos encontros, bem como para os professores participantes do GTR. Eles puderam contribuir com críticas e sugestões sobre o material com a perspectiva de melhorias se da continuidade dos estudos.

O presente artigo será entregue à equipe gestora da instituição como forma de contribuição do grupo participante ao currículo da nossa escola, num desejo de que o slogan que norteia o movimento por direitos de pessoas com deficiências, internacionalmente, “Nada sobre nós, sem nós”, fique marcado na história do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto.

Por isso, envolvemos toda a comunidade diretamente interessada nesse processo, motivado pela professora do CAES (Atendimento Educacional Especializado), autora deste trabalho, mas que nunca poderia ser viável sem a participação de todos. A educação que queríamos precisava ser pensada e articulada por todos, para que pudéssemos ter clareza de que Espaço Surdo estaríamos efetivando, materializando na escola.

Sim, o Espaço Surdo existe, foi negociado, conquistado em diferentes momentos históricos e políticos da educação de surdos em nosso Estado e em nossa escola. O trabalho de termos nos debruçado sobre o tema para conhecermos nossa história, nossa base e afirmarmos o que queremos foi marcado por uma certeza: com a união de todos os envolvidos é que teremos os melhores resultados.

Certamente que concretizar a proposta de educação bilíngue de surdos em uma escola regular (comum) não é fácil, encontramos resistência de alguns professores, falta de apoio de alguns outros, pouco comprometimento de muitos familiares. A diminuição no número de matrículas de alunos surdos na escola tem inviabilizado a formação de turmas bilíngues exclusivas para surdos, com isso nas nove salas em que há alunos surdos estudando atualmente, quatro delas são exclusivas para surdos e as outras cinco os alunos surdos estão incluídos em turmas de ouvintes, que representam a maioria da turma. Este panorama era bem diferente das turmas de apenas dois anos atrás, onde, no universo das nove turmas, apenas uma era turma de inclusão.

Estando incluídos, o risco de tornarem-se invisíveis aos professores se potencializa, por mais que haja a presença de TILS em todas as turmas em que há alunos surdos. O contingente de professores que dá aulas a esses alunos aumentou e, na maioria dos casos, desconhecem as especificidades linguísticas e culturais desses sujeitos.

Podemos levantar alguns pontos em comum nas falas dos três grandes grupos (alunos, familiares e professores). Estes são os indicadores que precisam estar presentes nos documentos pedagógicos da instituição e que demonstram de que forma se materializa o Espaço Surdo atual na escola em questão:

- Valorização, divulgação e circulação da Libras na escola – para isso foi sugerido a volta dos cursos de Libras para a comunidade, com a possibilidade de turmas específicas para familiares e professores/funcionários; inserção da Libras como disciplina curricular para todos os alunos da escola, tendo como professores, profissionais surdos; identificação dos ambientes escolares com a sinalização em Libras.
- Valorização da cultura e identidade surda – continuidade do projeto “Se liga, surdo!” em que são organizadas palestras de diversos temas com a presença de surdos adultos convidados (lideranças da comunidade surda local). Foi sugerida a extensão dessas palestras para toda a escola, não

apenas a alunos, familiares e professores de surdos, como ocorre atualmente. Também foi marcada a necessidade da manutenção do mural “Mãos Livres” em que há a divulgação de informações de interesse da comunidade surda da escola, porém que estas informações passem a ser divulgadas também por outros meios como jornal impresso, blogs e redes sociais.

- Redimensionamento do Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular e Planos de Trabalhos Docentes – para isto apontou-se a necessidade de criar mais momentos como este, para que os professores fizessem sua formação continuada na escola, com temas de seu interesse e necessidade, a fim de que incorporassem conceitos e práticas necessárias para melhor atender as especificidades dos alunos surdos.

Entendemos que os desafios são imensos, mas não intransponíveis. Os encontros revelaram alguns pontos positivos muito significativos também: os alunos sentiram-se valorizados por se verem como protagonistas, a nostalgia, a gratidão e o sentimento de pertença ao conhecerem a história de outras gerações de surdos que os precederam. Os familiares reafirmaram sentirem-se acolhidos e confiantes na instituição, da mesma forma que sinalizaram a necessidade de estreitar a relação família-escola na educação de seus filhos.

Com relação aos professores a avaliação final foi muito positiva, no sentido de que foi pedido para que momentos como esses precisavam ser institucionalizados, tornarem-se parte do calendário escolar. Assim poderíamos ver materializados nos documentos da escola – PPP, PPC e PTD o Espaço Surdo efetivado por toda a comunidade surda da escola, nos reconheceríamos neles e eles espelhariam nossos desejos para a educação de surdos que queremos.

Tudo isso só foi possível articular por estar participando do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), uma política pública de Estado que estabelece o diálogo entre professores do ensino superior e os da educação básica. O que nos dirige a produção de conhecimentos e mudanças na prática escolar. Um dos princípios do programa é de que a problemática particular, vivida na escola de atuação, precisa encontrar eco nas outras escolas, ter aspectos universais, para que possa contribuir para a melhoria da educação pública paranaense.

Evidenciamos este processo durante o GTR, em que professores de diversas regiões puderam perceber-se no projeto, com as mesmas questões presentes no dia a dia da educação de surdos. Também a perspectiva de que a intervenção planejada não se restringisse apenas à sala de aula, na relação direta com os alunos foi de muita valia. Ter envolvido toda a comunidade escolar que participa da educação de surdos na escola fez toda a diferença. Não teríamos a contribuição de todos os envolvidos no processo se assim não tivéssemos feito, houve a valorização de cada um dos protagonistas e a percepção do quanto o outro é importante para o resultado final.

Podemos considerar o PDE uma oportunidade única de formação, reflexão, redimensionamento e mudanças na prática educativa dos professores envolvidos – professor PDE, professor orientador, professores da IES que ministraram os cursos, comunidade escolar participante.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T., AINSCOW, M. **Índex para inclusão – desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. Edição e produção para a CSIE por Mark Vaughan. Disponível em: CSIE, New Redland Building, Coldharbour Lane, Frenchay, Bristol BS16 1QU, UK. Tel. +44 (0)117 328 4007; website www.csie.org.uk. Versão portuguesa produzida pela Cidadãos do Mundo com autorização escrita da CSIE. Tradução: Ana Benard da CostaJosé Vaz Pinto.

BRASIL. Lei n. 13005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de jun. de 2014. Disponível em http://fne.mec.gov.br/images/doc/LeiPNE.pdf. Acesso em 04 de set. de 2014.

BRASIL. Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de nov. de 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 02 de dez. de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 10098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dez. de 2005. p. 28. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=25359. Acesso em 09 jul. 2007.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Que educação nós surdos queremos.** Documento elaborado no pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

FERNANDES, S. Contribuições para o Projeto Político Pedagógico da Escola: Construindo Escolas Inclusivas Bilíngues. Em FERNANDES, S. **Educação de Surdos.** 2ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação e Realidade**. v 22, n. 2 ,1997.
LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M.; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. **Letramento e minorias.** 4ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LOPES, M.C. e VEIGA-NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva** v24, jul/dez 2006,p. 81-100.

LUNARDI, M.L. e SKLIAR, C. Estudos surdos e estudos culturais em educação: um debate entre professores ouvintes e surdos sobre o currículo escolar. Em: LACERDA, C.B.F e GÓES, M.C.R. **Surdez: processos educativos e subjetividade.** São Paulo: Lovise, 2000.

LUNARDI, M.L. **Educação de surdos e currículo: um campo de lutas e conflitos**.Porto Alegre:1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PARANÁ. **Orientações para elaboração da proposta pedagógica**. Em: HUhttp://www.nre.seed.pr.gov.br/londrinaUH. 28 de 04 de 2011. (acesso em 01 de julho de 2013).

PARANÁ. SUED/SEED**. Instrução 02/2008**. Estabelece critérios para o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez – CAES, serviço de apoio especializado, no ensino regular. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo. php?conteudo=151. Acesso em 09 de julho de 2013.

PERLIN, G. Identidades surdas. Em: SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. Em:. THOMA, A.S e LOPES, M.C. (org.). **A invenção da surdez - cultura, alterìdade, identidade e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PICOLI, E.S.A, e E.J.G. CARVALHO. Projeto Político Pedagógico: uma questão "coletiva"? Em: PARANÁ. SEED. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. **Organização do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: SEDD-PR, 2010.

RANGEL, G.M.M. e STUMPF, M.R. A pedagogia da diferença para o surdo. Em:. LODI, A.C.B; HARRISON, K.M.P; CAMPOS, S.R.L. (org.) **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

SILVA, T.T. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SILVA, T, T. **Documentos de identidade***.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

--- . **O currículo como fetiche***.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.

THOMA, A.S e LOPES, M.C. (org.). **A invenção da surdez - cultura, alterìdade, identidade e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

---

[i] Durante o processo de participação no PDE, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) baixou normativa alterando a nomenclatura do CAES, onde era realizado o atendimento educacional especializado destinado aos alunos surdos. Este passou a chamar-se Sala de Recursos Multifuncional na área da Surdez, em consonância à terminologia adotada pelo MEC, em todo o Brasil. No entanto, a proposta do Paraná difere daquela sinalizada orginalmente pelo MEC, pois a SEED buscou garantir a continuidade do atendimento por área, respeitando a especificidade do alunado para cada Sala de Recurso Multifuncional. Assim, atualmente denominamos Sala de Recurso Multifuncional – Área da Surdez.